

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





PPA deve prever R\$ 29 bi em programas para os próximos 4 anos

PLANEJAMENTO Em fase de finalização, valor não inclui gastos de custeio da máquina e de encargos, como aposentadorias, dívidas e obrigações tributárias

Bruna Aidar
bruna.aidar@opopular.com.br

Previsto para ser enviado à Assembleia Legislativa até o final de agosto, o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2020-2023 deve prever R\$ 29 bilhões em programas finalísticos para os próximos quatro anos. Na prática, eles envolvem serviços e programas que de fato atingem a população e excluem gastos de custeio da máquina e de encargos especiais, como folha de inativos e pagamento de dívidas e obrigações tributárias.

Segundo informações da Secretaria de Economia, o documento está em fase final de elaboração, com a organização de propostas colhidas com outras secretarias, e vai envolver oito eixos prioritários: saúde; educação; segurança pública; assistência so-

cial; infraestrutura sustentável; desenvolvimento econômico; governança e gestão transformadora; e responsabilidade fiscal.

Entre eles, um dos principais é a saúde, que envolve promes-

sas de campanha do governador Ronaldo Calado (DEM), como a criação de políclínicas. Neste eixo, a previsão é de investimentos de cerca de R\$ 8 bilhões para quatro anos.

Felto com base no Plano de Governo apresentado por Calado ao concorrer às eleições em 2018, o PPA vai reunir propostas das diversas pastas, órgãos públicos e empresas estatais e informações do Instituto Mauro Borges (IMB), além de contar com participação popular.

No total, segundo o subsecretário de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Economia, Eduardo Scarpa, 234 das 542 sugestões da sociedade foram acatadas.

“Uma novidade é a visão de Intersetorialidade. Antes, cada secretaria era como se fosse a ‘dona’ daquele programa, mas

“**OPPA tem que trazer aquilo que de fato impacta para a sociedade nos próximos anos. Ele tem que ter essa visão mais estratégica**”

Eduardo Scarpa, subsecretário de Planejamento e Orçamento



Eduardo Scarpa, subsecretário de Planejamento: “Intersetorialidade”

desta vez a gente trouxe diversos órgãos. O PPA tem que trazer aquilo que de fato impacta para a sociedade nos próximos anos de forma regionalizada. Ele tem que ter essa visão mais estratégica.”

De acordo com ele, há também a previsão de onde virão os recursos, se por convênio, por exemplo, ou por operações de crédito. Ele pontua que, contudo, como o governo alega que a situação fiscal do Estado é grave, as previsões envolvendo possíveis empréstimos são reduzidas. “E nós fizemos também uma organização do orçamento, para que não haja um excesso de previsão de receitas”, completou Scarpa.

“Uma das principais mudanças é um PPA com foco mais estratégico, até seguindo o que o governo federal adotou também. Cada programa terá um ou mais indicadores de desempenho e o que a gente chama de produtos, que são as entregas de fato”, explicou.

Iniciado em abril, o plano agora está em fase de finalização e, antes de chegar à Assembleia Legislativa, onde tramitará como projeto de lei, precisa do crivo do governador e da titular da secretaria de Economia, Cristiane Schmidt. A estimativa é de que ele seja entregue para conclusão na Casa Civil até a segunda quinzena de agosto para então chegar ao Legislativo.



Governo abaixa imposto sobre heranças

Dayrel Godinho
Especial para O Hoje

O governador Ronaldo Caiado (Democratas) sancionou ontem (24) a redução da base de cálculo do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), mecanismo para estipular o tributo que será pago em movimentações de herança e de doação. A medida ocorre um mês após a aprovação da lei que institui medidas facilitadoras para que o contribuinte negocie débitos relacionados a este imposto e ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

A expectativa da Secretaria da Economia é que a medida incentive os devedores a quitarem seus débitos com o Estado. Desta forma, a previsão é que haja incremento na receita de algo em torno de R\$ 44 milhões.

A redução com desconto de 30% do imposto estava no calendário de benefícios previsto em lei estadual que ocorram de dezembro de 2017 até 24 de outubro de 2018, durante o governo de Marconi Perillo e José Eliton, ambos do PSDB.

Conforme a antiga Secretaria de Fazenda do Estado (Sefaz), não haveria mudança após o final do desconto. Legislada para que fosse pago apenas 70% da base de cálculo do ITCD, o imposto vigora desde 2015



Secretaria de Economia calcula arrecadação de R\$ 44 milhões

com alíquotas progressivas, de 2% a 8%, dependendo do valor do “quinhão” ou da doação. A alíquota é de 2% quando o valor da base de cálculo for até R\$ 25 mil; 4% de R\$ 25 mil até R\$ 200 mil; 6% para valores de R\$ 201 mil até R\$ 600 mil, e de 8% para aqueles superiores a R\$ 600 mil.

Os dois projetos, para o incentivo a negociação das dívidas e de levar em conta, nas negociações a antiga redução, foram aprovados pela Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), e esta sanção visa atender uma solicitação foi feita pela Secretaria de Estado de Economia junto ao governador de Goiás. A pasta pediu que

fosse permitida a atualização da redução da base de cálculo do ITCD para quem fosse realizar este pagamento. Esta solicitação foi feita por meio da titular da pasta, Cristiane Schimdt, e tem a finalidade regular a situação dos contribuintes que não conseguiram fazer a regulamentação do imposto em tempo hábil.

“Acolhi as razões expendidas pela Pasta da Economia para o fim de enviar o anexo projeto de lei a essa Casa Legislativa, na expectativa de vê-lo deliberado e convertido em autógrafo de lei”, justificou o governador.

Como o benefício vigorou até atualização, foi permitido

que, entre os dias 23 de outubro e o dia 25 de outubro de 2018, o que solicitou a Secretaria de Economia. De acordo com a Pasta da Economia, o procedimento de lançamento do ITCD começa com a Declaração prestada pelo contribuinte.

A lei

Conforme a lei sancionada, o art. 1º do projeto permite que, nas duas primeiras situações, a redução da base de cálculo possa ser utilizada, desde que ocorra o pagamento do ITCD, dentro de 15 (quinze) dias contados da publicação da lei; a homologação do cálculo pela Fazenda Pública tenha ocorrido antes dessa data; e da homologação do cálculo pela Fazenda Pública.

Em casos de transmissão de bens imóveis, cuja homologação e pagamento devem ocorrer sem que o registro tenha se dado até o dia 25 de outubro de 2018, ficará dispensado, desde que o pagamento do mesmo tenha ocorrido até a data solicitada pela Secretaria e acatada pela Alego.

Ficará permitido o pagamento do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), com a redução da base de cálculo para outubro de 2017, e para as respectivas declarações destinadas à apuração e determinação da base de cálculo.

Pasta prevê receita extra de R\$ 44 mi

A previsão, de acordo com os cálculos da Secretaria da Economia, é de que mais de 2 mil contribuintes devem ser beneficiados com a redução do imposto, e o erário deve arrecadar receita adicional de até R\$ 44 milhões se todos os devedores quitarem suas dívidas.

De acordo com a pasta, com a concessão à redução da base de cálculo do ITCD adotada na última lei que tratou do assunto, a nº 19.871, de 23 de outubro de 2017, a lei atual estabelece prazo de 30 dias para o pagamento do imposto para o contribuinte com processo já homologado pela Secretaria da Economia, que começa a contar a partir de hoje.

Ainda de acordo com a Secretaria de Economia, o contribuinte que apresentar o requerimento, mas não obteve a homologação também tem prazo de 30 dias para usufruir o benefício. O prazo nesse caso, contudo, só começa a partir da homologação do seu processo pela Pasta.

A primeira lei, aprovada em maio de deste ano, visava facilitar que os débitos para com a Fazenda Pública Estadual relacionados ao IPVA e ao ITCD poderão ser quitados de forma facilitada durante a Semana de Conciliação de 2019.



Caiado: “Governo não tem viés politiqueiro ou apadrinhamento”

Governador lança Goiás Empreendedor com linhas de crédito e suporte a empresários; Wilder Moraes apresenta números que confirmam a reação do Estado diante do cenário de retração de negócios encontrado no início do ano

Helton Lenine

Empresários goianos de todos os perfis passam a contar com novas linhas de crédito para impulsionar seus negócios. Com o objetivo de fomentar o empreendedorismo, o governador Ronaldo Caiado e o secretário de Indústria, Comércio e Serviços (SIC), Wilder Moraes, lançaram na última terça-feira o Goiás Empreendedor. A partir do programa, “14 mil pessoas poderão ser atendidas [em um ano]

dentro de um crédito subsidiado, outros com taxa zero”, resumiu o governador. No evento também foi realizado o balanço de seis meses da SIC.

Wilder explicou que haverá “um agente local em todos os municípios goianos para assessorar os interessados em aderirem ao programa”. A iniciativa, disse, vai movimentar a economia e oferecer oportunidades, reduzindo burocracias. São três linhas oferecidas: Micro Crédito (taxa zero até R\$ 3 mil e 0,25% ao mês entre R\$ 3 mil

e R\$ 15 mil); Crédito Produtivo (até R\$ 50 mil com taxa de 0,5% ao mês) e FCO até R\$ 100 mil (taxa a partir de 0,51% ao mês, seguindo as regras do FCO).

Nessa fase inicial, o Goiás Empreendedor terá até R\$ 150 milhões disponíveis para operação a partir de um convênio firmado com a Goiás-Fomento. Paralelo a isso, a SIC prepara uma caravana que percorrerá o interior do Estado com especialistas e estrutura completa para atender o cidadão. Serão oferecidos cursos de ca-

pacitação técnica e direções sobre investimentos, ou seja, um suporte para que o empresário se sinta seguro para abrir ou ampliar o seu negócio.

Ao lado do vice-governador Licolin Tejota, Caiado informou que o lançamento do programa mostra ao cidadão, mais uma vez, que a nova gestão estadual age com transparência e seriedade. “Esses créditos passarão por uma avaliação com critérios 100% técnicos. Não terá um viés politiqueiro ou de apadrinhamento”, salientou ao reforçar que os beneficiados serão empresários que estão na linha de frente, gerando desenvolvimento ao Estado, emprego e renda para as famílias.

GERAÇÃO DE EMPREGOS

O governador e o secretário estimam que o trabalho que está em andamento consiga, ao longo desses quatro anos de gestão, apagar as marcas de destruição deixadas pela gestão anterior. Em 2018, Goiás teve o pior resultado da história

da produção industrial, com queda de 4,5%, segundo o IBGE. Nos últimos oito meses do ano passado, o setor foi responsável pela demissão de 6,5 mil pessoas.

Wilder Moraes fez um resumo do que já foi realizado no primeiro semestre deste ano, que mostra novos rumos. O cenário encontrado era desafiador, pois sequer existia Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços. A partir da criação determinada por Caiado, as ações com foco no desenvolvimento do Estado passaram a ser concentradas, o que ajudou Goiás a alcançar números altamente positivos em tão pouco tempo.

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), Goiás atualmente é o Estado que mais gera empregos no Centro-Oeste. Maio foi o quarto mês consecutivo de liderança do ranking. Neste período, o saldo da geração de empregos foi de 21.778. Já a indústria de transformação acumula 5.540 ocupações, se somados os cinco primeiros meses do ano.